

Rádio Clube de Moçambique: história económica e cultural de uma empresa radiofónica num contexto colonial (1932-1974)

Rádio Clube de Moçambique: the economic and cultural history of a radio company in a colonial context (1932-1974)

MARCO ROQUE DE FREITAS

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Infraestrutura ROSSIO: Ciências Sociais, Artes e Humanidades | Instituto de Etnomusicologia: Centro de Estudos em Música e Dança

marcofreitas@fcs.h.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0001-8206-6668>

Texto recebido em / Text submitted on: 10/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 01/04/2021

Resumo. O Rádio Clube de Moçambique (RCM) foi uma empresa de radiodifusão privada sediada em Lourenço Marques (atual Maputo) que granjeou uma forte expansão após a II Guerra Mundial, tornando-se numa das mais importantes instituições de radiodifusão comercial em África. Partindo da análise de publicações periódicas, relatórios de contas, entrevistas e outra documentação-áudio consultada nos arquivos da instituição, com este artigo pretende-se construir uma história do RCM desde a data da sua fundação, em 1932, até ao golpe de Estado em abril de 1974 na metrópole. Terei como ponto de partida os conceitos «rádio-colonização» e «capitalismo sonoro», com vista a explorar a instrumentalização dos sistemas de radiodifusão para propósitos políticos e propagandísticos. Este artigo incidirá, entre outros fatores, nas dimensões económicas, materiais e culturais desta instituição, sem descurar a análise da programação radiofónica.

Palavra-chave. Radiodifusão, Rádio, Nacionalismo, Colonialismo, Moçambique.

Abstract. Rádio Clube de Moçambique was a private broadcasting company based in Lourenço Marques (now Maputo) that expanded thoroughly after World War II, becoming one of the most important commercial broadcasting companies in Africa. Building on the analysis of magazines, financial reports, audio sources and interviews, this article intends to explore the history of RCM from its establishment in 1932, until the coup of State in April 1974. Following on concepts “radio-colonization” and “sonorous capitalism”, this article will explore the instrumentalization of radio broadcasting systems for political and propaganda purposes, taking into account the economic, material and cultural dimensions of this institution, including the analysis of its programs.

Keywords. Radio broadcasting, Radio, Nationalism, Colonialism, Mozambique.

Prelúdio: “Rádio-colonização”

“O papel da radiofonia não se limita apenas, como muita gente julga, a rodear o indivíduo ou um aglomerado de indivíduos do conforto espiritual exigido pelo seu grau de cultura. A radiofonia pode desempenhar outro papel não menos importante: o da instrução às classes atrasadas. Mais do que em qualquer parte do mundo, a radiofonia pode, nesse sentido, ser útil em África como instrumento colonizador. Podia pois fazer-se uma experiência com as escolas indígenas dotando algumas delas com receptores e fazendo radiodispersar palestras versando o respectivo programa de ensino [...]. A ideia fica aqui desde já para ser estudada no que tenha de bom e de viável, para a colonização Portuguesa.” (RM, n.º 26, 1937: 1)¹.

Com o título “rádio-colonização”, este texto da autoria de Dias Castro, publicado em 1937 na revista *Rádio Moçambique*, representa uma das primeiras reflexões sobre as potencialidades da radiodifusão como instrumento para “educar” as populações autóctones de Moçambique. Com o passar dos anos “a ideia” acabou por se transformar em realidade, atingindo o seu auge em 1962 com a criação de “A Voz de Moçambique”, uma emissão com locução em português e línguas locais dirigida às populações autóctones, que foi usada pelo Estado Novo português como um poderoso meio de propaganda durante a guerra colonial/libertação (POWER 2000; RIBEIRO 2014). Contudo, este uso não foi imediato e durante muito tempo o “indígena” não teve qualquer representatividade nas emissões da rádio. Afinal, em meados da década de 1930, a radiodifusão em Moçambique não passava de um mero “conforto espiritual” de carácter elitista, sinónimo de “modernidade” e “civilização” à qual só alguns – os entusiastas e elementos pertencentes às elites coloniais – teriam acesso.

“Radiodifusão” reporta-se a um sistema de comunicação de rádio a partir de ondas eletromagnéticas que se propagam no espaço. Esta pode ser enquadrada no âmbito das “indústrias culturais”, compreendendo nesta aceção “o processo através do qual instituições económicas empregam modos de produção e organização de corporações industriais com vista a produzir e disseminar símbolos na forma de bens e serviços culturais, geralmente, mas não exclusivamente, como mercadorias” (ADORNO 1993).

Na primeira metade do século XX este sistema de comunicação se encontrava em muitos países com o propósito de veicular os ideários dos Estados, não só ao nível metropolitano, mas também para a congruência interna dos seus espaços

¹ *Rádio Moçambique: Revista Mensal de Vulgarização* (doravante RM).

coloniais. Contudo, embora o Estado Novo tivesse interesse em utilizar este instrumento em prol da sua teleologia nacionalista, não houve, numa fase inicial, qualquer investimento para estabelecer a cobertura radiofónica nos espaços ultramarinos. Assim, as primeiras emissoras em espaço colonial foram estabelecidas por iniciativa privada de colonos entusiastas (RIBEIRO 2014), entre as quais encontrava-se aquele que viria a ser um dos casos de maior sucesso em toda a África subsaariana – o Rádio Clube de Moçambique, criado em 1932.

Existe alguma bibliografia focada na história desta instituição, casos dos livros de Ernesto Barbosa (2000) e de Luís Loforte (2007). Contudo, apesar de ambos se focarem, respetivamente, nas dimensões económicas do RCM e na perspetiva pessoal de um dos seus trabalhadores, estão praticamente ausentes aspetos relacionados com a programação da estação e seu impacto na construção de uma experiência sonora em Moçambique. Tendo como fontes os supracitados livros, as 441 edições da revista mensal *Rádio Moçambique* publicadas entre maio de 1935 e dezembro de 1973 em Lourenço Marques, entrevistas por mim realizadas a locutores, diretores e músicos, e outras fontes documentais consultadas nos arquivos da Rádio Moçambique em Maputo, com este texto pretendo construir uma história do RCM com base no supracitado princípio de “rádio-colonização”, caracterizado pela sua eminente instrumentalização com propósitos políticos e propagandísticos, sem esquecer alguns dos seus produtos sonoros.

Contextualizo este artigo no âmbito dos estudos sobre nacionalismo em países africanos, e no âmbito dos estudos pós-coloniais. Recorro, em particular, ao conceito “capitalismo sonoro” da historiadora Marisa Moorman, por sua vez uma adaptação de “capitalismo de impressão” de Benedict Anderson (1991). Todavia, ao contrário de Anderson, que defende que a consciência nacional foi imaginada a partir dos livros e jornais, Moorman foca-se no papel das indústrias da música e, em particular, da radiodifusão para reforçar sentimentos de pertença identitária em relação a uma determinada comunidade ou “nação” (MOORMAN 2008). Assim, ao promover a circulação de música, ideias, notícias e discursos, a rádio contribuiu para gerar uma consciencialização comum em torno dos valores do Estado Português em Moçambique.

Divido a história do RCM em três fases: a primeira diz respeito à fundação do Grémio de Radiófilos de Moçambique em 1932, prolongando-se até ao final da II Guerra Mundial; a segunda fase inicia-se com o crescimento do RCM potenciado pelo aumento da publicidade radiofónica após a II Guerra Mundial e da criação da *LM Radio* – uma emissão com locução em inglês e afrikaans direcionada para a União Sul-Africana; a terceira inicia-se com a criação de emissões radiofónicas com propósitos de propaganda política no

contexto da guerra colonial, finalizando-se com o golpe de Estado em abril de 1974 na metrópole.

1932-1945: do Grémio de Radiófilos ao Rádio Clube de Moçambique

A rádio foi desde cedo entendida pelo regime salazarista como um excelente meio para a propagação dos seus ideais, tendo investido, para o efeito, muitos recursos económicos e humanos no desenvolvimento desta estação (SILVA 2010), enquadrada numa estratégia ideológica designada por “política do espírito” (NERY 2010). Foi neste contexto que, ciente das possibilidades da Rádio, o Estado Novo decidiu criar, em 1934, a Emissora Nacional de Radiodifusão. O caso do Rádio Clube de Moçambique destaca-se do da Emissora Nacional pelo facto de ter emergido de uma iniciativa privada que, até se instituir em Moçambique como a principal arma de propaganda ideológica ao serviço do Estado Novo, passou por múltiplas fases.

No início da década de 1930, o panorama radiofónico de Lourenço Marques era quase inexistente. Não existiam condições materiais e económicas para criar uma “estação estatal” e as únicas emissões captáveis provinham dos países vizinhos, sobretudo da União Sul-Africana. Nessa época, os recetores de rádio eram considerados artigos de luxo e a sua compra pressupunha o pagamento de taxas de licença de posse, bem como de elevados custos alfandegários, que poderiam chegar aos 40-50% sobre o valor inicial do produto, o dobro daquele que seria praticado em Lisboa (BARBOSA 2000: 11). As iniciativas particulares começaram a multiplicar-se um pouco por todo o território português: em Portugal continental existiam 239 emissores, enquanto nas colónias o número ainda não ultrapassava os 50 (SILVA 2010), entre os quais se encontrava o emissor CR7AA, que deu origem, mais tarde, ao Rádio Clube de Moçambique (RM, n.º 18, 1936: 9).

A história desta instituição inicia-se a 23 de julho de 1932, quando um grupo de radiófilos de Lourenço Marques, liderado por A. J. Morais e Augusto Gonçalves, aprovou a criação de uma estação de radiodifusão que estaria a cargo do então recém-criado Grémio de Radiófilos da Colónia de Moçambique. Tratava-se de uma agremiação de entusiastas pertencentes às elites coloniais que pretendiam, por um lado, satisfazer as suas experiências radiofónicas, e por outro, radiodifundir a música e cultura portuguesas, contrariando assim a paisagem sonora que era oferecida pelas poucas estações da União Sul-Africana, as únicas que poderiam ser captadas a partir de Lourenço Marques. Segundo o artigo 3.º dos *Estatutos do Rádio Clube de Moçambique*, os objetivos desta emissora eram os seguintes:

- 1.º Manter na Colónia um serviço eficiente de radiodifusão, estabelecendo emisoras que funcionarão sob a designação comum de “Rádio Moçambique”;
- 2.º realizar todas as actividades normalmente entregues a estações de radiodifusão;
- 3.º contribuir para a propaganda da Colónia e para o bom nome da colonização portuguesa pelos meios ao seu dispor;
- 4.º estudar o aperfeiçoamento e a aplicação das ciências radioeléctricas e auxiliar as instituições que se criem designadamente com esses objectivos;
- 5.º publicar, sempre que se julgue necessário ou conveniente, boletins jornais e uma revista especialmente dedicados à divulgação da sua actividade e informação do desenvolvimento e do progresso da técnica radioeléctrica, em todas as suas manifestações;
- 6.º exercer publicidade comercial;
- 7.º criar e manter, quando julgado oportuno, cursos de técnica radioeléctrica, de produção radiofónica, de canto, de música, de declamação, de locução e outros cursos afins das actividades da rádio;
- 8.º promover realizações de carácter cultural e artístico, servindo-se dos meios ao seu dispor (RM, n.º 132, 1947: 11-14).

Por volta de 1934, o número de proprietários de radiotransmissores em toda a colónia era já significativo, contabilizando um total de 600 proprietários de radiorreceptores, 400 dos quais em Lourenço Marques (BARBOSA 2000: 15). Os estabelecimentos que comercializavam estes produtos seriam, entre outros, a “Aparelhos de Rádio Mende”, “Rádio Electra”, “Universal 7”, “Rádio Colonial”, “Casa Spanos”, e “Electra”; enquanto as marcas de rádio predominantes seriam “Luxor”, “Emerson”, “His Master’s Voice” ou “Philco”.

Com vista a promover conteúdos para os seus ouvintes e informar os sócios sobre os relatórios de contas, foi criada a revista *Rádio Moçambique* em 1935. Nos primeiros anos esta foi palco de um aguerrido debate sobre o estatuto da radiodifusão e suas possíveis contribuições para as mais diversas áreas do quotidiano colonial. Segundo o seu diretor, Caetano Campo, um dos principais objetivos do RCM seria o de servir de ponte entre a metrópole e a colónia, relacionando o RCM com conceitos tais como “nação”, “Estado”, “pátria”, “império”, “propaganda nacional”, e “civilização”:

Não é ainda perfeito o serviço que o Grémio dos Radiófilos hoje nos fornece. É, pois, necessário mais importante auxílio para que ele possa cumprir com a nobre missão que a si impôs: levar o convívio da Capital, as suas distrações e as suas notícias, a todos os cantos da colónia.” Levar a todos os portugueses que, privados muitas vezes da mínima parcela de conforto, tão confinada e heroicamente lutam pelo engrandecimento de Portugal, a certeza de que a capital da Colónia não os abandonou, antes lhes recorda os descantes, as modinhas, os usos e costumes da terra que lhes foi berço e os encoraja a prosseguirem,

quando, ao despedir-se, com as notas da “Portuguesa”, lhes lembra que devemos: “Levantar hoje de novo o esplendor de Portugal (RM, n.º 13, 1936: 3).

Através destes e outros artigos, a revista procurava levar à metrópole a informação do trabalho desenvolvido no domínio da radiodifusão em Moçambique, já que ainda não era possível fazer com que o som captado pelos seus microfones chegasse a Lisboa. O objetivo era inequívoco: sensibilizar o Estado metropolitano para contribuir financeiramente para esta “obra patriótica” (RM, n.º 49, 1939: 9-11), já que os donativos cedidos pela Estação dos Caminhos de Ferro e pelo município de Lourenço Marques (em troca de emissões de propaganda para ambas as instituições) não seriam suficientes. A 29 de julho de 1937, o “Grémio de Radiófilos de Moçambique” passou a denominar-se de “Rádio Clube de Moçambique” por decisão da sua assembleia geral (BARBOSA 2000: 19).

O emissor CR7AA funcionava todas segundas-feiras das 20 às 22 horas, quintas-feiras e sábados das 20:30 às 22:30 horas. Os programas musicais eram constituídos, na sua generalidade, “por discos de gramofone, gentilmente cedidos pelas firmas Silva & Ferreira, Bayly & Co. e Minerva Central, representantes respetivamente das marcas «Columbia», «His Master’s Voice», «Regal» e «Polydor»” (RM, n.º 1, 1935: 15). Ocasionalmente, havia a possibilidade de transmitir Música de Câmara em vez de discos, bem como retransmissões de momentos musicais captados no Casino Belo, situado na Rua Major Araújo, no Palace Hotel ou pela banda militar (RM, n.º 4, 1935: 5).

O gráfico seguinte exemplifica o número e conteúdo das transmissões ao longo dos três primeiros anos da Rádio, entre 1933-1936, notando-se já a predominância de discos estrangeiros em relação às produções portuguesas. Esta discrepância pode ser explicada, por um lado, pelo facto de as indústrias fonográficas em Portugal ainda estarem subdesenvolvidas (LOSA 2013), por outro, pela intenção de satisfazer o público sul-africano que, nesta época, seria um dos principais fornecedores de publicidade na Rádio:

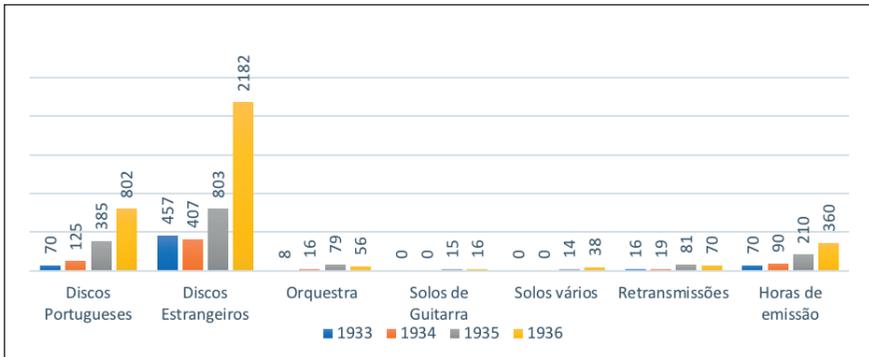


Gráfico 1. Atividade do Grémio de Radiófilos entre 1933 e 1936.

Fonte: RM, n.º 18, 1936: 16-17.

Em 1936 o Grémio dispensou 62.000\$00 para as emissões de orquestra, contratando, no processo, 28 músicos portugueses (RM, n.º 19, 1937: 1), promovendo ainda a criação de um sexteto de música de câmara privado (RM, n.º 29, 1937: 4). Cada músico auferia de 18 contos mensais; numa soma anual de 216 contos (RM, n.º 27, 1937: 10). Foi também anunciada a criação do Orfeão do Rádio Clube – uma iniciativa que visava enriquecer o panorama musical de Lourenço Marques, bem como envolver os amadores de práticas musicais na programação da Rádio.

A partir de dezembro de 1937, a direção musical de todos os agrupamentos ficou a cargo de Belo Marques, músico que teria trabalhado ao serviço da Emissora Nacional. Aclamado como “um génio da música” nas páginas da revista *Rádio Moçambique*, Belo Marques foi profetizado como uma espécie de messias que traria para a colónia “os bons costumes modernos” e os mais recentes progressos estético-musicais (RM, n.º 44, 1939). A sua chegada provocou uma profunda reestruturação das orquestras da Rádio, sendo necessária a mudança de instalações para albergar os grupos, passando da Avenida da República (atual Avenida 25 de Setembro) para a Rua Major Araújo (atual Rua de Bagamoyo).

Os dirigentes da estação esperavam equalizar os custos de produção com a promoção de concertos na cidade de Lourenço Marques (em particular no Teatro Gil Vicente), cujo preço de entrada reverteria na sua totalidade para a estação radiofónica (RM, n.º 44, 1939). Contudo, o aumento de despesas com a montagem do recém-encomendado emissor de 10kw fez com que a *Rádio Moçambique* anunciasse, em agosto de 1939, a extinção de algumas das suas orquestras. Segundo António de Sousa Neves, na época o Diretor do Rádio Clube: “[nós] ficamos com o sexteto onde estão os músicos que contratámos em Portugal. Ficamos com Belo Marques, óptimo colaborador e realizador que

não podemos dispensar. Dissolvemos as orquestras de dança e de salão, para que no fim do ano corrente não registemos *deficit*, o que nos traria preocupações, no momento em que estamos empenhados na grande obra da emissora de 10 quilowatts” (RM, n.º 50, 1939: 2-9).

Entretanto, durante este período, as relações entre o RCM e o Estado metropolitano intensificaram-se: ainda em 1937 foi aprovada a concessão de um subsídio especial atribuído à estação, e a isenção de direitos aduaneiros na importação de material. Após a aquisição de um emissor de 10Kw, em 1939, o RCM tornou-se a mais poderosa estação de Rádio de ondas curtas de todo o espaço português, passando a ser finalmente ouvida não só na metrópole, mas também na Europa e África.

Estavam assim reunidas as condições para a intensificação de uma relação de interesses e contrapartidas entre o RCM e o Estado português, que viria a manter-se até à independência de Moçambique: de um modo geral, o primeiro estaria interessado em receber financiamento ao mais alto nível estatal, enquanto o segundo estaria interessado em usar a rádio como instrumento de propaganda da colonização portuguesa em África. A partir de 1941, como nota Barbosa, a estação passou a ser presidida por personalidades ligadas ao aparelho colonial (2000: 20, 25-26) e as receitas provenientes de taxas cobradas aos radioreceptores passaram a ser diretamente entregues ao RCM. A 20 de novembro de 1948, a estação viria a ser, por fim, elevada ao estatuto de instituição de utilidade pública (RM, n.º 72, 1941: 15-39). Consumada a intensificação da relação com a metrópole, o RCM procurou, nos anos seguintes, expandir a sua influência aos países vizinhos.

1946-1960: a expansão do RCM

Após a II Guerra Mundial o RCM entrou, por fim, numa época próspera, pautada por um elevado crescimento financeiro, material e logístico. Os primeiros sinais de mudança ocorreram em 1947 com a autonomização das secções de produção portuguesa e inglesa, passando a existir duas emissões simultâneas no RCM: a Emissão A, com locução em português, dirigida sobretudo à população colona; e a Emissão B, que ficou posteriormente conhecida como *LM Radio*, dirigida aos países vizinhos, sobretudo à União Sul-africana, com locução em inglês e afrikaans. Os resultados desta decisão foram imediatos. O fluxo publicitário proveniente do estrangeiro aumentou consideravelmente a partir de 1947, tornando-se assim, a par da organização de uma rifa, numa das principais receitas do Rádio Clube:

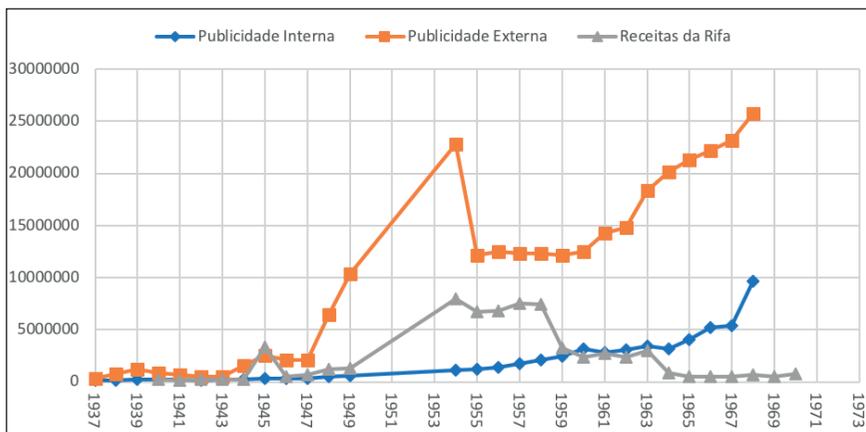


Gráfico 2. Receitas de publicidade externa, interna e da Rifa.

Fonte: RM 1935-1973; BARBOSA 2000.

A Emissão A destinava-se sobretudo aos colonos e o seu raio de propagação era o mais abrangente entre todas as emissões, podendo ser ouvida em todos os espaços ultramarinos portugueses em África e na metrópole. A partir de 1948 procurou misturar os mais variados géneros musicais, preenchendo os seus horários com música que abrangia as categorias gerais de “Música Ligeira”, “Música Popular” e “Música Clássica” – compreendendo, no primeiro caso, as músicas de orquestras e *big bands* de influência anglófona, no segundo, as chamadas músicas “folclóricas” ou “tradicionais” e, no terceiro, a música pertencente ao cânone da música erudita europeia. Existiam também programas musicais com base na língua ou espaço geográfico de proveniência, tais como “canções inglesas”, “canções espanholas”, “canções portuguesas”, “canções sul-americanas”, ou outras generalidades tais como “solos vários”, “conjuntos musicais”, e “música de filmes”. Existiam também muitos programas dedicados à música “erudita”, tais como “valsas vienenses”, “sinfonias”, “concertos” e “intermezzos” (RM, n.º 141, 1948; n.º 156, 1949; e n.º 210, 1954).

Com o passar dos anos, a lógica programática com base em tipologias musicais foi gradualmente abandonada, dando lugar a horários específicos que seriam comprados por empresas, como o caso da “Hora da Robialac”, “Programa Zenith”, “Programa Philips” entre outros. Segundo um inquérito publicado na edição de maio de 1959 da revista *Rádio Moçambique*, seriam estes, por ordem, os programas preferidos dos ouvintes: 1.º Canções portuguesas; 2.º Teatro em sua casa; 3.º O que me agrada ouvir; 4.º Programa vivo da Orquestra de Variedades do R.C.M.; 5.º Canções Folclóricas; 6.º Música de dança; 7.º Jornal de Actualidades; 8.º Fados; 9.º Coros e conjuntos vocais;

10.º Programa vivo da Orquestra de Concerto do RCM (RM, n.º 274, 1959: 7-9). O gráfico seguinte apresenta a percentagem referente ao número de horas anuais da programação da emissão A em 1972, notando-se a prevalência de programas com música ligeira, canções e noticiários:

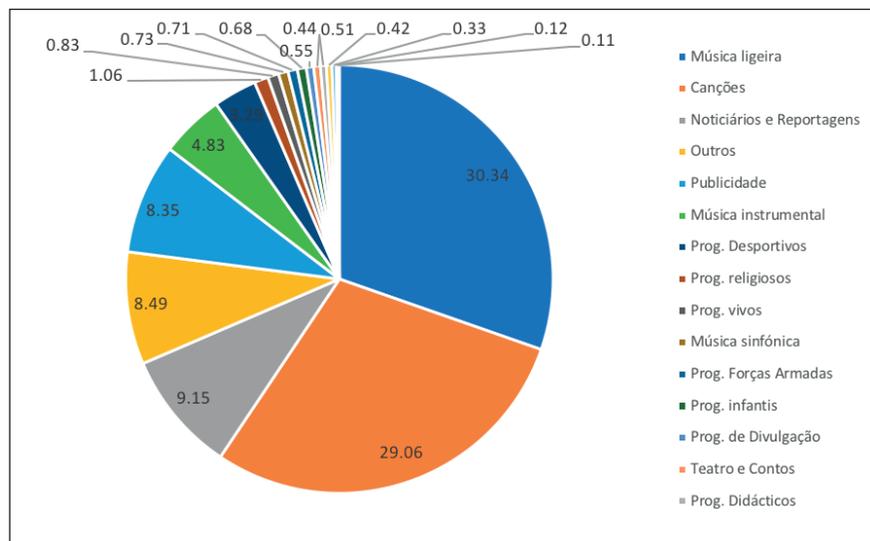


Gráfico 3. Distribuição das horas de programação anuais e respetivas percentagens da Emissão A em 1972.

Fonte: RM, n.º 435, 1973: 1.

A Emissão B, mais conhecida como *LM Radio*, guiava-se por uma lógica estritamente comercial: os horários eram vendidos a empresas e os locutores teriam de fazer publicidade misturada com música, sobretudo música norte-americana e inglesa. Com a autonomização das emissões portuguesas e inglesas em 1947-48, John Davenport e o Coronel Richard Mayer ficaram responsáveis pela direção da *B-Station* (cargo que mantiveram até 1974). No mesmo ano contrataram David Davies como chefe de locução e diretor da estação, que trouxe consigo uma vasta experiência adquirida como chefe de locução da Rádio Luxemburgo e na Rádio Normandia, tornando-se na mais conhecida voz daquela emissão – o “Mr. *LM Radio*”, como alguns o chamavam². A locução era exclusivamente em inglês e afrikaans e dirigia-se sobretudo à África do Sul.

A partir de 1950 a *LM Radio* passou a ter a concorrência da Springbrok

² Para uma biografia de David Davies, locutor da *LM Radio*, vide “LM Radio – People – David Davies” em *LM Radio Museum and Sound Archive*. Sítio na internet: <http://www.lmradio.org/People02.htm> (acedido a 5 de janeiro de 2021).

Radio, a primeira estação sul-africana com possibilidade de transmitir publicidade no contexto da South African Broadcasting Company (SABC). Apesar da concorrência, as emissões da *LM Radio* continuaram a ser as mais ouvidas no país vizinho: em novembro de 1950, a Rádio Moçambique anunciava que a cada noite 263 000 pessoas ouviriam a *LM Radio*, em média, na União da África do Sul e Rodésia (RM, n.º 172, 1950: 2). Três fatores são referidos para justificar este sucesso: a elevada qualidade dos locutores, que se transformaram em autênticas estrelas na África do Sul; a qualidade dos programas musicais que, tal como explica Chris Turner, “transmitiam as últimas novidades da música pop internacional, ao contrário do SABC, e assim atraem tantos ouvintes sul-africanos”³; e o facto de oferecer um serviço publicitário “notavelmente barato, e anúncios com número limitado de palavras” (RM, n.º 254, 1957: 1-2). O gráfico seguinte apresenta a percentagem referente ao número de horas anuais da programação da emissão B em 1972, onde prevalecem, à semelhança da emissão A, programas “música ligeira” e “canções”, na sua maioria em inglês:

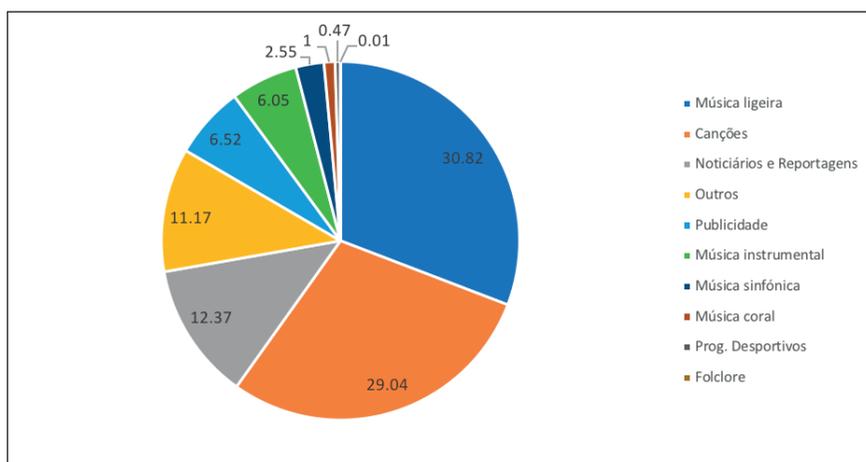


Gráfico 4. Distribuição das horas de programação anuais e respetivas percentagens da Emissão B em 1972.

Fonte: RM, n.º 435, 1973: 1.

Em dezembro de 1948, a revista *Rádio Moçambique* apresentou o anteprojeto para as novas instalações da sede, a ser executado pelo Engenheiro Vítor Barbosa da Silva Carvalho (RM, n.º 254, 1957: 1-2). A 24 de setembro de 1951 iniciou-se

³ Para mais informações vide o documentário radiofónico “The LM story”, parte 1A, narrado por Chris Turner em *LM Radio Museum and Sound Archive*. Sítio na internet: <http://www.lmradio.org/Sounds.htm> (acedido a 5 de janeiro de 2021).

o processo de mudança da Rua Major Araújo (atual Rua de Bagamoyo) para as novas instalações localizadas na Avenida 5 de Outubro (atualmente a Rua da Rádio), onde ainda hoje a Rádio Moçambique continua a operar (RM, n.º 190, 1952: 1-3). Para além de servir de sede, o monumental edifício oferecia as condições ideais para o incremento da produção musical, incluindo vários estúdios, espaços exclusivamente dedicados para arquivos sonoros, auditórios e até mesmo um imponente salão de chá, destinado a receber visitas.

A ambição de ampliar as condições materiais do RCM não ficou por aqui: “... pensou-se na grande vantagem que adviria se fossem instalados nas regiões mais densamente povoadas alguns postos regionais” – refere o “Relatório da Direção relativo ao ano de 1952” – acrescentando que:

tais postos poderiam, também, transmitir programas de características regionais, aproveitando os valores artísticos locais, e ao mesmo tempo servir o Governo em matéria de radiodifusão. Também tornariam possível fazer chegar à capital da Província e à Metrópole, por intermédio de emissores mais potentes instalados em Lourenço Marques, as manifestações mais importantes da vida dessas mesmas regiões (RM, n.º 202, 1952: 1-5).

Rapidamente a ideia passou à realidade com a inauguração do “Emissor Regional do Niassa” (posteriormente renomeado para Emissor Regional de Nampula) em outubro de 1953 (RM, n.º 216, 1953: 1-4). Este foi o primeiro de sete postos emissores regionais construídos até 1974, seguindo-se o Emissor Regional da Zambézia em setembro de 1958 (RM, n.º 273, 1959: 1-8) e, em abril de 1960, o Emissor de Cabo Delgado (RM, n.º 297, 1961: 1-85). Os restantes só viriam a ser construídos na década de 1970, enquadrados numa estratégia de propaganda de guerra. Um outro fator que nos ajuda a explicar o surgimento dos emissores regionais pode estar relacionado com a necessidade de limitar a influência da Emissora do Aeroclubes da Beira (criada em 1944 pelo Eng. Jorge Jardim) e da Rádio Pax (criada em 1954 pela diocese da Beira).

Após 1953, depois de resolvidas as condicionantes materiais, o RCM procurou investir na área de produção com a criação de novos agrupamentos, tais como a Orquestra Típica e o Coro Feminino, aos quais se juntaram a já existente Orquestra de Salão (RM, n.º 216, 1954: 1-4). No ano seguinte, a estação alargou o seu interesse à “música folclórica indígena”, organizando expedições nas regiões a sul, com o propósito de fazer gravações para radiodifusão (RM, n.º 226, 1955: 1-3). Algumas dessas gravações foram difundidas em regime experimental num curto programa musical com patrocínio de marcas comerciais tais como a Philips ou a Pfaff, por sua vez interessadas em

incrementar a venda de recetores de rádio e máquinas de costura à população local (RM, n.º 246, 1957: 14-15). Este objetivo também beneficiava a própria Rádio, já que “a popularidade dos receptores de transístores, que permitem com cinco ou seis escudos gastos em pequenas pilhas de lanternas de algibeira 400 ou 500 horas de boa audição, aumentará extraordinariamente o número de rádio ouvintes entre as populações nativas” (RM, n.º 273, 1959: 1-8). Em abril de 1958, essas emissões experimentais deram lugar ao programa “Hora Nativa” – uma designação recomendada pelo governo (RM, n.º 262, 1958: 1-6) – radiodifundido numa fase inicial aos domingos de manhã, das 9:00h às 10:00h, e à noite, das 18:00h às 21:00h em língua xi-ronga, e posteriormente em xichangana (RM, n.º 265, 1958: 13-14). Este programa expandiu-se rapidamente para outros horários e, a partir de 12 de julho de 1959, aos emissores provinciais (RM, n.º 298, 1961: 15).

Em 1956, o RCM inaugurou um novo emissor de 100kw, contando com a presença do Presidente da República, General Francisco Craveiro Lopes, e do Ministro do Ultramar, Raúl Ventura. Este foi apresentado, nas páginas da revista *Rádio Moçambique*, como o maior e mais importante avanço da radiodifusão na África subsaariana até aquela data (RM, n.º 249, 1957: 1-9). Contudo, as exigências de um novo contexto de guerra vieram a condicionar os planos de expansão da estação.

1961-1974: a guerra das ondas sonoras

A primeira grande mudança deu-se em 1962 com a transformação do programa “A Hora Nativa” numa emissão autónoma com a designação genérica de “A Voz de Moçambique”, cuja produção de conteúdos deixou de estar a cargo do RCM, passando a estar confiada à 3ª Divisão dos Serviços da Acção Psicossocial – Divisão de Acção Educativa e Cultural (RM, n.º 322, 1963: 3-7). Esta tinha como principal propósito “exercer uma acção construtiva” em contexto de guerra, sem ignorar “o substracto moral, os sentimentos, os costumes e a formação mental” das “sociedades menos evoluídas” (RM, n.º 322, 1963: 3-7). Esta mudança tinha também como objetivo fazer propaganda preventiva para que não se propagassem para Moçambique os conflitos armados iniciados em Angola a partir de 1961. O gráfico seguinte mostra a evolução do número de horas de emissão anual de todas as emissões entre 1937 e 1972 (data de publicação do último relatório de contas), sendo bem evidente um aumento progressivo ao longo da década de 1960, atingindo o seu auge em 1972. Este aumento deve-se, sobretudo, às emissões de “A Voz de Moçambique”:

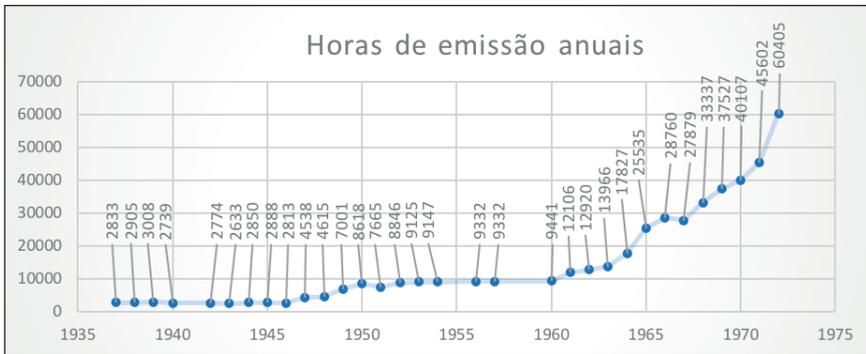


Gráfico 5. Evolução do número de horas de emissão anuais do RCM. Inclui todos os emissores e postos regionais.
 Fonte: RM 1935-1973; BARBOSA 2000.

O verbo “civilizar” era então substituído por outro, o de “integrar”, que apesar de ser mais singelo, na prática teria o mesmo significado para o colono de origem europeia. Os tempos eram então outros: depois da abolição do estatuto do indigenato em 1961⁴, os indígenas, os portugueses de origem europeia e os assimilados passaram a ter, em teoria, os mesmos direitos. Depois de iniciado o conflito armado em setembro de 1964, a “Voz de Moçambique” passou a ser o meio de comunicação mais usado pelos serviços da Psico-social para efeitos de propaganda, juntando-se assim ao lançamento aéreo de panfletos ou à propagação sonora de mensagens propagandísticas contra a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), através de voos noturnos com altifalantes e amplificadores de alta potência⁵. Nos últimos anos da década de 1960, o RCM expandiu consideravelmente o número de horas de “A Voz de Moçambique” com a criação do Centro Emissor da Beira-Dondo, que tinha uma potência de 215 Kw divididos por 20 emissores, difundindo em línguas Echuwabo, Cinyanja, Kiswahili, Ciyao, Shimakonde, Cisena e Cinyungwe (RM, n.º 427, 1972: 1, 4, 5, 56-58). O Centro Emissor de Lourenço Marques-Matola continuaria responsável pelas línguas Xichangana e Xironga; enquanto os emissores reginais de Nampula e Porto Amélia difundiam as emissões em Emakhuwa e Emetto, respetivamente (RM, n.º 422, 1972: 1, 28).

⁴ Vide Decreto-Lei n.º 43893. Diário do Governo n.º 207/1961, Série I de 1961-09-06.

⁵ Para mais informações vide o documentário *A Guerra* da autoria de Joaquim Furtado. Episódio n.º 20 “Nó Górdio não desatado”. Edição Levoir, Público e RTP.

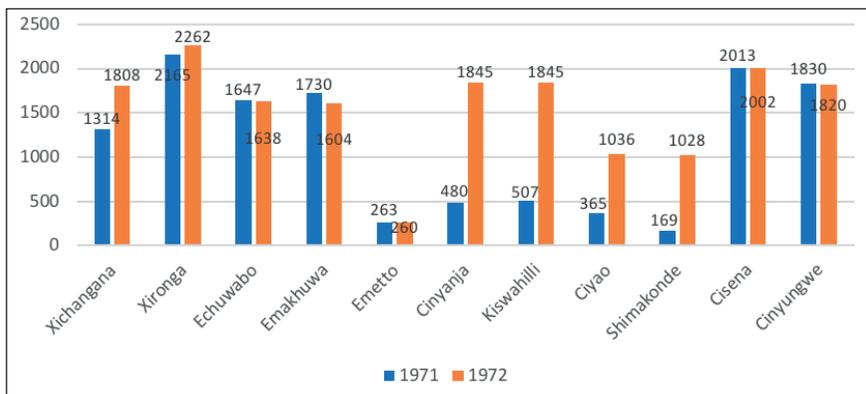


Gráfico 6. Número de horas de emissão de “A Voz de Moçambique” em cada língua.
 Fonte: RM, n.º 438, 1973: 1.

No que diz respeito à programação de “A Voz de Moçambique”, existiam vários programas de entretenimento com um carácter educativo, entre os quais: “Aventuras da família Pfumo”, programa teatral através do qual seriam abordadas questões relacionadas com a vida familiar; “Aprenda se não sabe, recorde se esqueceu”, onde se tratava de temáticas como a higiene, a saúde, a agricultura ou a pecuária; “Lições de Português”, que procurava ensinar a falar corretamente a língua portuguesa; e a “Hora da Verdade”, definido na revista *Rádio Moçambique* como um “programa de mentalização, distribuído para todos os dialectos em emissão, cobrindo toda a província” (RM, n.º 389, 1969: 1, 54). Finalmente, “A Voz de Moçambique” radiodifundia muita música em línguas locais recolhida pelo RCM ao longo dos anos; bem como alguns discos de artistas gravados na África do Sul, tais como Alexandre Langa e Fanny Pfumo.

No dia 12 de dezembro 1962, o RCM criou a sua terceira emissão autónoma denominada de Emissão C, composta sobretudo por música pertencente ao cânone da música erudita europeia e música associada ao universo performativo do *Jazz* (RM, n.º 346, 1965: 1-5). Esta emissão procurava resolver o problema do crescente açambarcamento dos programas comerciais na Emissão A e a consequente diminuição dos programas compostos por música erudita. Um mês depois, a Emissão C passou a ser difundida em Frequência Modulada (FM)⁶ e a 18 de março de 1964 passou a radiodifundir em FM com estereofonia, tornando-se numa das primeiras estações a adotar este sistema a nível mundial, com exceção de estações do Canadá e dos E.U.A.. Segundo Barbosa, tendo em conta que os radioreceptores estereofónicos seriam ainda raros, esta

⁶ Não existe consenso se terá sido o RCM ou a Rádio Pax a primeira estação a radiodifundir em FM.

realização do RCM elucida uma clara necessidade de afirmação e de reforçar o seu prestígio além-fronteiras (2000: 42-43). O gráfico seguinte apresenta a percentagem referente ao número de horas anuais da programação da emissão C em 1972, sendo clara a predominância de música sinfônica, ligeira, instrumental e de óperas:

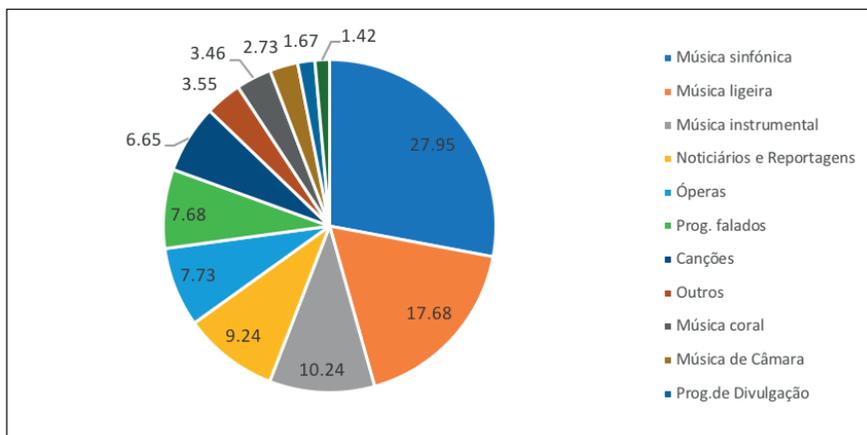


Gráfico 7. Distribuição das horas de programação anuais e respectivas percentagens da Emissão C em 1972.

Fonte: RM, n.º 435, 1973: 1.

Embora o saldo financeiro da estação tenha continuado positivo, a direção do RCM começou a antecipar a possibilidade de surgir uma crise financeira decorrente dos conflitos armados (RM, n.º 371, 1968: 17). Como tal, e com o propósito de maximizar os lucros da instituição, o RCM começou por aumentar o número de horas passíveis de serem “alugadas” às empresas de publicidade, fazendo com que uma parte significativa da programação da Emissão A deixasse de ser diretamente controlada pelo RCM (RM, n.º 371, 1968: 17).

Na década de 1970 existiam várias empresas de publicidade a operar em Lourenço Marques, tais como as Produções Golo, Delta Publicidade, Produções 1001, Excelsior Publicidade, Produções Elmo, Publicidade Tam-Tam, Arco Íris Publicidade, Boa Tarde Rádio Publicidade, Top-Express, entre outras, que tinham também a responsabilidade de produzir programas radiofónicos. Foi neste contexto que o RCM decidiu criar a Emissão D, em janeiro de 1968, apresentando como seus objetivos: “a) competição entre as Agências Publicitárias levando-as, por emulação, a melhorar a sua produção publicitárias; b) aliviar a publicidade do programa A, pelo menos na parte respeitante ao comércio local; c) obter, se possível, um aumento de receitas” (RM, n.º 412, 1971: 1, 60). A

reduzida potência do emissor (5Kw) confinava o raio de ação da emissão D pouco para além dos 70 quilómetros fora da cidade. Na distribuição programática da Emissão D, em 1972, e à semelhança das emissões A e B, havia uma prevalência das categorias “canções” e “música ligeira”:

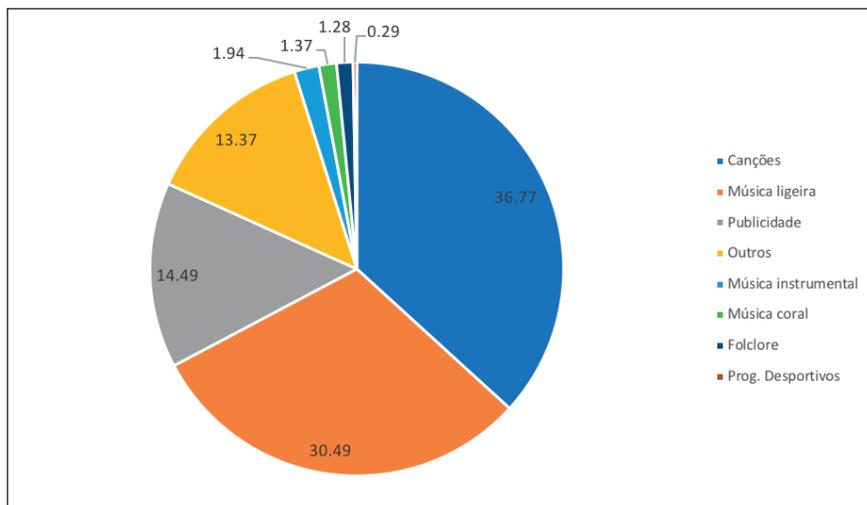


Gráfico 8. Distribuição das horas de programação anuais e respetivas percentagens da Emissão D em 1972.

Fonte: RM, n.º 435, 1973: 1.

A década de 1970 ficou marcada pela intensificação da cobertura radiofónica com a criação do Centro Emissor do Dondo-Beira, no dia 1 de outubro de 1970, que, devido a sua elevada potência, o RCM não considerava ser um emissor regional mas sim uma extensão do Centro Emissor de Lourenço Marques-Matola. Este Centro Emissor foi construído com o único propósito de servir as emissões de “A Voz de Moçambique”, não radiodifundindo qualquer emissão em língua portuguesa.

Os últimos dois anos antes da revolução de abril de 1974 ficaram marcados pela criação de quatro novos emissores regionais: o primeiro na cidade de Tete, a 29 de outubro de 1972 (RM, n.º 427, 1972: 1, 4, 5, 56-58); o segundo em Vila Cabral (atualmente Lichinga, no Niassa), a 12 de dezembro de 1972 (RM, n.º 430, 1972: 3-7); o terceiro em Inhambane, a 23 de novembro de 1973 (RM, n.º 441, 1973: 1-5); e o quarto em Vila Pery (atualmente Chimoio, em Manica) no decorrer de 1974 (LOFORTE 2007: 93). Foi ainda projetada a possibilidade de construir um posto regional em João Belo (atualmente Xai-xai,

Gaza), projeto que foi cancelado após a revolução do dia 25 de abril de 1974⁷. Esta expansão pode ser enquadrada na necessidade de aumentar as áreas de influência radiofônica, numa época em que o teatro de guerra se estendia às regiões do Centro-Sul da província. A importância político-militar envolta na criação destas emissoras foi devidamente evidenciada através da presença do Governador Geral Eng.º Pimentel dos Santos, em todas as inaugurações, e do Comandante Chefe das Forças Armadas General Kaulza de Arriaga, na inauguração de Tete (RM, n.º 427, 1972: 1, 4-5, 56-58).

Pela primeira vez desde a II Guerra Mundial, o RCM apresentou em 1972 um saldo negativo, justificando-o com vários fatores: a desvalorização do Rand; a elevada despesa mensal com o Complexo Emissor Beira-Dondo; os custos da criação de quatro emissores regionais em menos de dois anos; a diminuição da receita publicitária; o aumento de encargos com material e pessoal; bem como os elevados custos de manutenção de vários postos radiofônicos simultâneos e o exponencial alargamento do período de emissão para o número recorde de 14 848 horas anuais (RM, n.º 436, 1973: 58). A expansão apressada e não sustentável do império radiofônico num quadro de uma “guerra das ondas sonoras” contra a programação da Frelimo⁸, também contribuiu para o agravamento da situação, nem que seja porque os encargos financeiros da “Voz de Moçambique”, que estariam na base desta expansão, seriam “muito insuficientemente compensados monetariamente” (RM, n.º 424, 1972: 29). Contudo, “devido às circunstâncias que o momento impõe não poderá adiar-se a condução da rede distrital”, referia o mesmo relatório de contas, confirmando que os objetivos políticos da província e da metrópole deveriam prevalecer sobre a saúde financeira da Rádio (RM, n.º 436, 1973: 58).

⁷ A construção do Emissor do Xai-xai aconteceu em 2002, vinte e oito anos depois da inauguração do de Inhambane, fechando assim o ciclo da criação de emissores regionais autônomos (denominados de “Emissores Provinciais” depois da independência) (LOFORTE 2007: 93).

⁸ A “Voz da Frelimo” foi um tempo de antena diário, inicialmente radiodifundido a partir de Dar Es Salam (Tanzânia) e posteriormente a partir da Lusaca (Zâmbia) com locução em português e línguas locais. Segundo o seu principal locutor – Rafael Maguni – “A Voz da FRELIMO” já existia em julho de 1968 aquando do II Congresso da FRELIMO (FREITAS 2020: 80-81).

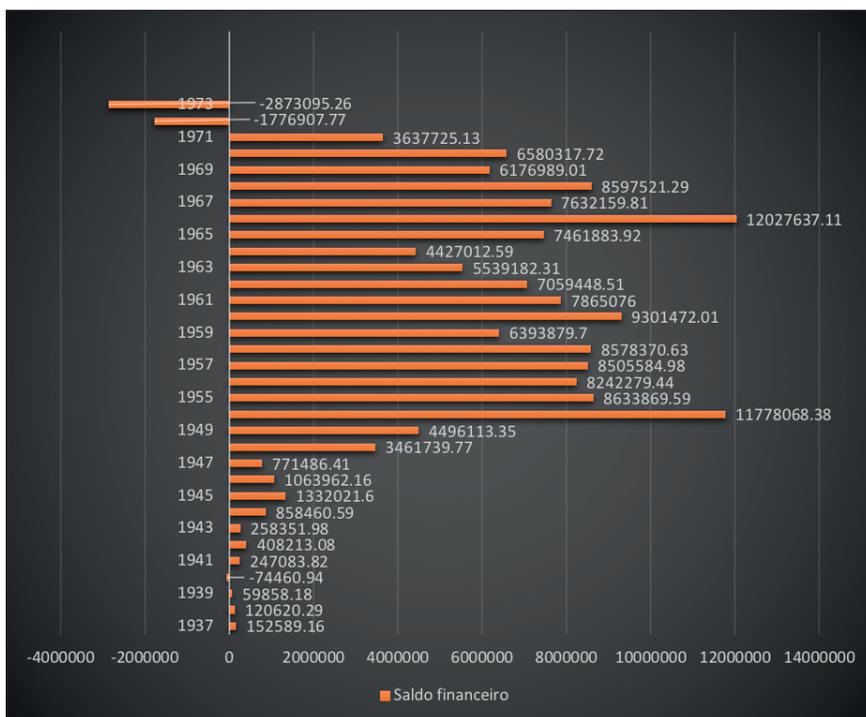


Gráfico 9. Saldo financeiro do RCM.
 Fonte: RM 1935-1973; BARBOSA 2000.

Poslúdio: o legado do RCM na história política e cultural de Moçambique colonial

Nos factos e aspectos ilustrativos desta Exposição retrospectiva [...] transcorre a vida [...] duma Instituição de alto prestígio e posição indestrutível em todo o vasto Mundo Português. Através deles ressaltam a dimensão e a importância, no âmbito informativo, social, político, religioso, recreativo, artístico, desportivo, assistencial, educativo, cultural e no da própria radiodifusão, do papel desempenhado pelo R.C.M. na vida da terra moçambicana, à qual, e, portanto, à Nação, se tem votado desde sempre com o mais interessado propósito de bem servir e prestigiar, até onde o poder dos seus emissores possa fazer chegar a sua voz – a voz de Portugal em África (RM, n.º 438, 1973: 1-13; 59-60).

A meros meses da Revolução de abril de 1974, o RCM celebrava o seu quadragésimo aniversário com a inauguração de exposição realizada no “Palá-

cio da Rádio”, contando com a presença das mais altas figuras da vida política laurentina e de Moçambique. Os cerca de quarenta entusiastas que em 1933 formaram o Grémio de Radiófilos mal imaginavam que, quarenta anos depois, a sua obra viria a ser aclamada como um dos mais importantes feitos da presença portuguesa em África. Em 1974 o RCM empregava um total de 565 trabalhadores, ao invés dos dez iniciais. O pequeno emissor – o CR7AA – deu lugar a várias dezenas de emissores espalhados por todo o país, com potências variáveis e com possibilidade de transmissão em ondas curtas, médias, frequência modulada e estereofonia, tendo sido das primeiras instituições do mundo a adotar as duas últimas tecnologias. Criou emissões direcionadas para públicos diferentes, conseguiu impor-se no mercado publicitário sul-africano, teve um papel fundamental na recolha, difusão e projeção das práticas expressivas “indígenas”, culminando na criação de emissões autónomas em línguas locais. Para além do português, inglês e afrikaans, em 1974 o RCM emitia também em Xichangana, Xironga, Echuwabo, Emakhuwa, Emetto, Cinyanja, Kiswahili, Ciyao, Shimakonde, Cisena e Cinyungwe, totalizando assim 14 línguas diferentes. O RCM seria, portanto, um autêntico império radiofónico cuja dimensão quase não encontraria precedentes em África.

Embora a sua criação, de iniciativa privada, tivesse tido como base alguns propósitos de entretenimento para uma elite de origens europeias dentro e fora da província, com o passar dos anos o seu âmbito e função foi-se alargando, concretizando, no processo, o projeto outrora apodado de “rádio-colonização” cuja composição pode ser resumida em três grandes domínios: informativo, educativo e recreativo. O RCM procurava *informar* corretamente as populações (segundo a cartilha colonial), num contexto de guerra e de fortes pressões internacionais contra o colonialismo português; procurava *educar* as populações através de programas pedagógicos sobre assuntos tais como saúde, higiene, valores familiares, valores religiosos, dicção de língua portuguesa, entre outros; para além de garantir, simultaneamente, a *recreação* e o entretenimento através da radiodifusão de músicas em línguas locais. A eclosão da guerra em Moçambique, com início em setembro de 1964 ajudou a acelerar este processo de “rádio-colonização”. Foi através destes três vetores – informação, educação e recreação – que se autopromoveu como uma das mais importantes instituições da representação portuguesa em África: não era apenas uma das principais referências de Moçambique no estrangeiro mas, acima de tudo, a única referência que muitos países africanos teriam de Portugal. Esta ideia seria diariamente reforçada com o indicador sonoro “Aqui Portugal, Moçambique, fala-vos o Rádio Clube em Lourenço Marques transmitindo em ondas curtas e médias”.

Este vasto império radiofónico teve a sua origem na década de 1930 por

iniciativa privada de alguns portugueses, agigantou-se na década de 1950, sobretudo a partir de receitas publicitárias providas do estrangeiro, e foi instrumentalizado na década de 1960 para a teleologia nacionalista, numa época em que a soberania portuguesa era posta em causa no território moçambicano.

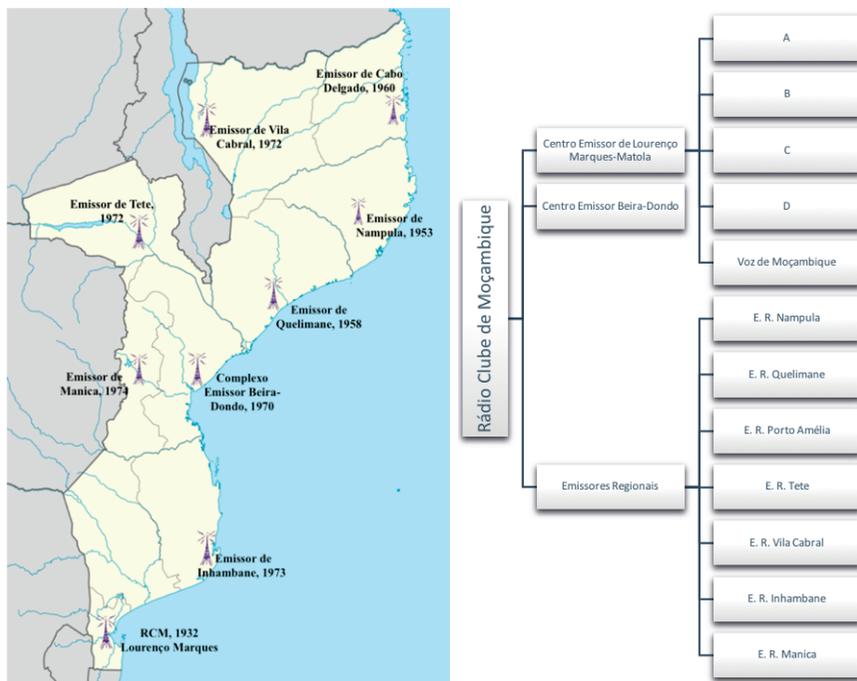


Imagem 1 e esquema 1. À esquerda: localização aproximada e data de inauguração dos emissores no mapa de Moçambique; à direita: todos os polos do RCM, com foco particular nas 5 emissões existentes no Centro Emissor de Lourenço Marques/Matola em 1974. Composição do autor.

A importância desta instituição foi ainda comprovada durante o período de transição, no dia 7 de setembro de 1974, ao ter sido escolhida pelo “Movimento Moçambique Livre” como o epicentro de um golpe político de grupos de colonos portugueses em reação aos Acordos de Lusaca (Zâmbia). Aos seus microfones foi então proclamada uma outra “independência” para o território. Porque escolheram o Rádio Clube de Moçambique e não outros edifícios com aparente maior significado político, tais como a Câmara Municipal de Lourenço Marques ou a residência do governador provincial no Palácio da Ponta Vermelha? Por um lado, o RCM era o centro informativo da colônia, com capacidade de radiodifundir por todo o território as diretrizes do autode-

nominado “Movimento Moçambique Livre”. Contudo, mais do que material, talvez a principal razão tenha sido simbólica, já que o RCM representava como poucas instituições a presença portuguesa em África, com o seu imponente “Palácio da Rádio” e os seus retransmissores que asseguravam a cobertura de quase todo o território moçambicano⁹.

Artigos de imprensa

- “1936”. *Rádio Moçambique: Revista Mensal de Vulgarização* (doravante RM), n.º 19, 1937, 1. Autoria: Gilberto Gonçalves Tubio.
- “A Exposição Histórico-Iconográfica dos 40 anos do Rádio Clube de Moçambique”. RM, n.º 438, 1973, 1-13 e 59-60.
- “Algumas cifras sobre o desenvolvimento do Rádio Clube”. RM, n.º 49, 1939, 9-11.
- “Ante-projecto apresentado à primeira Conferência Económica”. RM, n.º 13, 1936, 3.
- “Aqui CR7 AA”. RM, n.º 18, 1936, 9.
- “Cerimónia inaugural do Centro Emissor do RCM em Inhambane em 23 de Novembro de 1973”. RM, n.º 441, 1973, 1-5.
- “Em cada noite ouvem o Rádio Clube de Moçambique na União da África do Sul e Rodésia, 263000 pessoas, em média”. RM, n.º 172, 1950, 2.
- “Estatutos do Rádio Clube de Moçambique”. RM, n.º 132, 1947, 11-14.
- “Momento musical”. RM, n.º 44, 1939, 6. Autoria: Eduardo Correia de Matos.
- “Noticiário do Rádio Club”. RM, n.º 29, 1937, 4.
- “O nosso quinteto”. RM, n.º 27, 1937, 10.
- “O que dizem as estatísticas sobre o valor comercial de Rádio-Moçambique”. RM, n.º 254, 1957, 1-2.
- “Orquestras do Rádio Club”. RM, n.º 50, 1939, 2-9.
- “Programa D”. RM, n.º 371, 1968: 17.
- “Programa-tipo do Rádio Clube de Moçambique para o mês de Março”. RM, n.º 246, 1957, 14-15.

⁹ Depois da independência (25 de junho de 1975), todo o sistema de radiodifusão de Moçambique passou para o controlo do Estado e, por conseguinte, da FRELIMO. Criou-se assim a Rádio Moçambique (RM) no dia 2 de outubro de 1975, sob a tutela do Ministério da Informação e com Rafael Benedito Afonso Maguni, antigo locutor de “A Voz da FRELIMO”, como seu primeiro diretor. Para além da RCM e dos seus 8 emissores regionais (prontamente renomeados de provinciais), a Rádio Pax e a Emissora do Aeroclube da Beira foram também intervencionadas pelo Estado moçambicano, juntando-se ainda todo o espólio e materiais de “A Voz da FRELIMO” e, posteriormente, de empresas de publicidade (FREITAS 2020: 154).

- “Programa-tipo do Rádio Clube de Moçambique para o mês de Outubro”. RM, n.º 265, 1958, 13-14.
- “Rádio-Colonização”. RM, n.º 26, 1937, 1. Autoria: Dias de Castro.
- “Recordando...”. RM, n.º 298, 1961, 15.
- “Regional de Tete. O Rádio Clube de Moçambique inaugura mais um emissor regional”. RM, n.º 427, 1972, 1, 4, 5, 56, 57 e 58.
- “Regional de Tete. O Rádio Clube de Moçambique inaugura mais um emissor regional”. RM, n.º 427, 1972, 1, 4, 5, 56, 57 e 58.
- “Regional de Tete. O Rádio Clube de Moçambique inaugura mais um emissor regional”. RM, n.º 427, 1972, 1, 4-5, 56-58.
- “Regional de Vila Cabral”. RM, n.º 430, 1972, 3-7.
- “Relatório da Direcção de 1958”. RM, n.º 273, 1959, 1-8.
- “Relatório da Direcção de 1951”. RM, n.º 190, 1952, 1-3.
- “Relatório da Direcção de 1957”. RM, n.º 262, 1958, 1-6.
- “Relatório da Direcção referente ao ano de 1953”. RM, n.º 202, 1952, 1-5.
- “Relatório da Direcção referente ao ano de 1953”. RM, n.º 216, 1953, 1-4.
- “Relatório da Direcção referente ao ano de 1953”. RM, n.º 216, 1954, 1-4.
- “Relatório da Direcção referente ao ano de 1954”. RM, n.º 226, 1955, 1-3.
- “Relatório da Direcção referente ao ano de 1956”. RM, n.º 249, 1957, 1-9.
- “Relatório da Direcção referente ao ano de 1958”. RM, n.º 273, 1959, 1-8.
- “Relatório da Direcção referente ao ano de 1960”. RM, n.º 297, 1961, 1-85.
- “Relatório da Direcção. Ano de 1963 [1962]”. RM, n.º 322, 1963, 3-7.
- “Relatório da Direcção. Ano de 1964”. RM, n.º 346, 1965, 1-5.
- “Relatório da Direcção. Ano de 1964”. RM, n.º 346, 1965, 1-5.
- “Relatório da Direcção. Exercício de 1968. III.”. RM, n.º 389, 1969, 1 e 54.
- “Relatório da Direcção. Exercício de 1968. III.”. RM, n.º 389, 1969, 1 e 54.
- “Relatório da Direcção. Exercício de 1970. III.”. RM, n.º 412, 1971, 1 e 60.
- “Relatório da direcção. Exercício de 1971. III.”. RM, n.º 424, 1972, 29.
- “Relatório da Direcção. Exercício de 1971”. RM, n.º 422, 1972, 1 e 28.
- “Relatório da direcção. Situação financeira”. RM, n.º 436, 1973, 58.
- “Relatório da Gerência. Ano 1940”. RM, n.º 72, 1941, 15-39.
- “Resultado do inquérito do Rádio Clube aos seus ouvintes”. RM, n.º 274, 1959, 7-9.
- «Os nossos programas». RM, n.º 1, 1935, 15.
- «Programa para o mês de Setembro de 1935». RM, n.º 4, 1935, 5.
- Exemplos recolhidos na programação impressa na RM n.º 141, 1948; n.º 156, 1949; e n.º 210, 1954.

Bibliografia:

- ADORNO, Theodor (1993). “The Culture Industry: Enlightenment as Mass Deception”, in *Dialectic of Enlightenment*. New York: Continuum.
- ANDERSON, Benedict (1991) [1983]. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. New York: Verso.
- BARBOSA, Ernesto (2000). *A Radiodifusão em Moçambique: o caso do Rádio Club de Moçambique, 1932-1973*. Maputo: Promédia, 42-43.
- FREITAS, Marco Roque de (2020). *A Construção Sonora de Moçambique (1974-1994)*. Maputo: Kulungwana.
- LOFORTE, Luís (2007). *Rádio Moçambique. Memórias de um doce calvário*. Maputo: Edição de autor.
- LOSA, Leonor (2013). *Machinas Fallantes: a música gravada em Portugal no início do século XX*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- MOORMAN, Marisa (2008). *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent times*. Ohio: Ohio University Press.
- NERY, Rui Vieira (2010). “Políticas Culturais”, in S. Castelo-Branco (coord.), *Enciclopédia da música em Portugal no século XX (4 vols.)*, vol. 3 L-P. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 1017-1030.
- POWER, Marcus (2000). “Aqui Lourenço Marques!! Radio colonization and cultural identity in colonial Mozambique, 1932–74”. *Journal of Historical Geography*, 26, 4, 605-628.
- RIBEIRO, Nelson (2014). “Broadcasting to the Portuguese Empire in Africa: Salazar’s singular broadcasting policy”. *Critical Arts*, 28, 6, 920-937.
- SILVA, Manuel Deniz (2010). “Rádio”, in S. Castelo-Branco (coord.), *Enciclopédia da música em Portugal no século XX (4 vols.)*, vol. 4 P-Z. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 1080-1086.